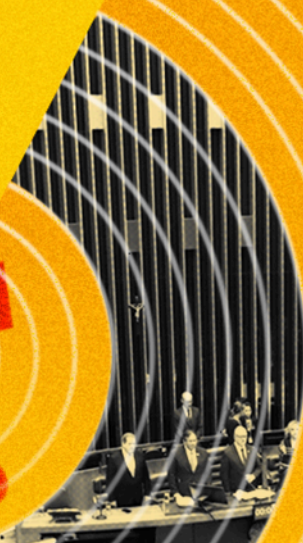


# Radar Político da Saúde

Um balanço do monitoramento  
do IEPS sobre temas estratégicos  
para aprimorar a Saúde no Brasil



# Apresentação

O Radar da Saúde é uma iniciativa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) que oferece um balanço contextualizado das principais ações do Executivo Federal e do Congresso Nacional em temas estratégicos para a saúde no Brasil.

O material busca fornecer à sociedade civil um panorama conciso sobre pautas, projetos e deliberações que impactam a saúde pública, contribuindo para o fortalecimento do controle social e da participação nos debates sanitários.

As informações sistematizadas nesta edição resultam do monitoramento contínuo de aproximadamente duzentas palavras-chave definidas como estratégicas para a atuação de incidência política do IEPS. O acompanhamento é realizado com base em sites oficiais da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Executivo e de outros órgãos relevantes, além de portais de notícias e outras fontes públicas. A produção do conteúdo é feita pela Diretoria de Relações Institucionais do IEPS em parceria com a consultoria Eixo Estratégia Política.

## O QUE ACOMPANHAMOS DE PERTO?

### **Legislativo**

No Congresso Nacional, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado são as principais responsáveis pelas discussões e pela formulação de políticas relacionadas à saúde no Brasil no âmbito do Legislativo Federal. Também monitoramos a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, além de outras comissões que analisam temas relacionados à saúde pública.

### **Executivo**

O Ministério da Saúde (MS) e seus órgãos vinculados, assim como a Presidência da República, são as principais instâncias que monitoramos, dada a relevância na pauta da saúde. Além disso, acompanhamos também outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; o Ministério da Educação; e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que possuem Secretarias e Programas em temas relacionados à saúde.

# Sumário

## Destaques da saúde pública em setembro e outubro de 2025

7

### Saúde Mental


9

- Avança agenda de proteção digital de crianças e adolescentes
- GT debate educação digital e proteção de dados de crianças e adolescentes
- Governo proíbe beneficiários do Bolsa Família e BPC de apostar em sites de bets
- Projeto “e-Saúde Mental no SUS” usa IA para apoiar diagnóstico e tratamento
- Audiências debatem política antimanicomial e papel das comunidades terapêuticas

### Saúde Suplementar

12

- STF reafirma competência da ANS sobre cobertura de planos de saúde
- Nova gestão da ANS anuncia prioridades e defende revisão da regulação dos planos de saúde
- CCJC aprova PEC que amplia controle do Legislativo sobre agências reguladoras
- Planos coletivos acumulam reajuste de 383% em dez anos
- ANS divulga dados da saúde suplementar
- CDH aprova proposta que proíbe cancelamento unilateral de planos de saúde

Essa publicação contém [links clicáveis](#) para aprofundamento 

# Sumário

## Atenção Especializada

16

- Sancionada lei que cria o Programa Agora tem Especialistas
- Governo avalia reajuste de valores para ampliar adesão ao programa
- ANS e Ministério da Saúde articulam adesão da Amil ao programa

## Recursos Humanos

18

- Novas diretrizes curriculares de Medicina alinham formação às necessidades do SUS
- Senado debate criação de exame de proficiência em Medicina
- MEC suspende edital para novas vagas de Medicina
- Saúde atualiza Painel de Monitoramento do Mais Médicos e lança editais de residência
- Saúde lança curso de aceleração digital para agentes comunitários

## Saúde Digital

19

- MP transforma Autoridade Nacional de Proteção de Dados em agência reguladora
- Mato Grosso do Sul inaugura centro de inteligência em saúde

# Sumário

## **Promoção da Saúde** **20**

- Instituída a Estratégia Intersetorial de Prevenção da Obesidade

## **O que foi apresentado no Congresso Nacional** **21**

## Destaques da saúde pública em setembro e outubro de 2025

Entre setembro e outubro de 2025, as agendas de digitalização, regulação e atenção especializada concentraram as principais ações do Executivo e do Legislativo na saúde. O período foi marcado pela sanção do ECA Digital, que estabelece regras para a proteção de crianças e adolescentes em ambientes virtuais, e pelo avanço do debate sobre apostas online, com novas medidas restritivas a beneficiários de programas sociais e a confirmação do lançamento da plataforma “Bet da Caixa”, questionada no Congresso.

No campo da saúde mental, destacaram-se o desenvolvimento do projeto “e-Saúde Mental no SUS”, o debate sobre a Resolução do CNJ, que orienta o fechamento de hospitais de custódia e o cuidado em liberdade pela RAPS, e a discussão, em audiências públicas, sobre a política sobre drogas e o papel das comunidades terapêuticas. Em outubro, foi sancionada a Lei nº 15.243/2025, que garante assistência integral e multiprofissional a crianças e adolescentes com dependência química.

Na saúde suplementar, a posse da nova diretoria da ANS, com Wadih Damous como diretor-presidente, trouxe novas sinalizações sobre possíveis revisões na regulação do setor. Em suas primeiras declarações, Damous defendeu maior equilíbrio entre operadoras e consumidores e mencionou a necessidade de reavaliar regras de reajuste e rescisão de contratos coletivos.

O período também foi marcado pelo julgamento do STF que reafirmou a competência da agência para definir coberturas, pela tramitação da PEC 42/2024, que amplia o controle do Legislativo sobre as agências reguladoras, e por movimentações em torno do PL 7419/2006, que trata da reforma da lei dos planos de saúde. A ANS ainda divulgou lucro recorde do setor, enquanto estudo do IEPS apontou que os preços dos planos de saúde cresceram o dobro da inflação entre 2006 e 2024.

No SUS, a sanção da lei que institui o Programa Agora tem Especialistas e a publicação de portarias complementares consolidaram sua implementação. O Ministério da Saúde estuda reajustar a tabela de referência para aumentar a adesão das operadoras e permitir o uso de recursos de ressarcimentos ao SUS, enquanto a Amil confirmou sua participação no programa.

Na agenda de formação e provimento de profissionais, foram homologadas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina, lançados editais para 4 mil bolsas de residência, e atualizada a versão do Painel de Monitoramento do Mais Médicos.

Em saúde digital, o destaque foi a Medida Provisória 1317/2025, que transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados em agência reguladora, e a inauguração do Centro de Inteligência Estratégica do Conass em Mato Grosso do Sul, voltado à integração de dados para apoiar a gestão do SUS. Já na promoção da saúde, o Decreto nº 12.680/2025 instituiu a Estratégia Intersetorial de Prevenção da Obesidade, articulando ações entre ministérios e entes federativos para enfrentar o avanço do sobrepeso e da obesidade no país.

## Saúde Mental

### Avança agenda de proteção digital de crianças e adolescentes

Foi sancionada a [Lei nº 15.211/2025](#), apelidada como ECA Digital, que estabelece regras de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. No Legislativo, a Câmara instalou [grupo de trabalho](#) coordenado pela deputada Rogéria Santos (REP/BA) para consolidar os mais de 200 projetos relacionados à proteção infantil na internet em tramitação, com previsão de audiências públicas, seminários regionais e criação de um Observatório Nacional. Na [reunião extraordinária](#) de 23/9, representantes do governo e da sociedade civil apresentaram dados e estratégias para prevenir violências e riscos online, incluindo crimes cibernéticos, abuso sexual, cyberbullying, excesso de telas e impactos sobre a saúde mental.



#### GT debate educação digital e proteção de dados de crianças e adolescentes

O Grupo de Trabalho da Câmara sobre proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais realizou [reunião para discutir educação digital e proteção de dados](#). A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) apresentou as novas competências trazidas pelo ECA Digital e destacou a necessidade de reestruturação interna para atuar no tema. Representantes dos ministérios dos Direitos Humanos e da Justiça, da Secretaria de Educação do DF, do UNICEF e de organizações da sociedade civil defenderam ações coordenadas de formação, prevenção e regulação, com ênfase na segurança de tecnologias educacionais, combate ao abuso sexual online, limitação da coleta de dados e promoção de políticas de conscientização voltadas a crianças, famílias e escolas.

## Governo proíbe beneficiários do Bolsa Família e BPC de apostar em sites de bets

O governo federal publicou a [Instrução Normativa nº 22/2025](#), que impede beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de realizar apostas online. As empresas deverão consultar um sistema público para verificar CPFs na abertura do cadastro e no primeiro login do dia, encerrando contas de beneficiários em até três dias. A medida, editada pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, cumpre determinação do STF que proíbe o uso de recursos de programas sociais em apostas.



### Caixa anuncia plataforma de apostas e tema chega ao Congresso

O presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, afirmou que a “Bet da Caixa” deve ser implementada até o fim de novembro. A nova plataforma de apostas online busca recuperar a participação do banco público no mercado, diante da queda nas receitas de loterias tradicionais. Após o anúncio, o deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade/RJ) apresentou o [RIC 7085/2025](#), solicitando esclarecimentos ao Ministério da Fazenda sobre a decisão da Caixa de lançar sua própria plataforma, e o senador Eduardo Girão (Novo/CE) [protocolou representação](#) no Tribunal de Contas da União (TCU) contra a iniciativa.

**Após cobrança do presidente Lula, a Caixa suspendeu o lançamento da “Bet da Caixa”**, previsto para novembro, diante de críticas no Congresso e da orientação do governo para priorizar outras ações.

## Projeto “e-Saúde Mental no SUS” usa IA para apoiar diagnóstico e tratamento

O Hospital das Clínicas da USP e o Centro de Pesquisa e Inovação em Saúde Mental (CISM) desenvolverão o projeto “e-Saúde Mental no SUS”, selecionado pelo Programa de Desenvolvimento e Inovação Local do Ministério da Saúde. Com investimento de R\$ 12 milhões, a iniciativa utilizará um aplicativo e recursos de inteligência artificial para apoiar o diagnóstico, o tratamento e o monitoramento de transtornos mentais na Atenção Primária.

A ferramenta pretende integrar informações ao prontuário eletrônico e reunirá dados para gestores públicos sobre a situação da saúde mental nas regiões do país. A iniciativa gerou controvérsias entre especialistas, incluindo o Conselho Federal de Psicologia, que publicou [nota pública](#) reforçando que a atuação de psicólogos e psicólogas é essencial e insubstituível no cuidado em saúde mental, mesmo com o avanço das tecnologias baseadas em inteligência artificial e reforçou a necessidade de regulação rigorosa e fortalecimento das equipes multiprofissionais no SUS.

## Audiência discute política antimanicomial no Judiciário

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados discutiu em [audiência pública](#) a implementação da [Resolução 487/2023 do CNJ](#), que orienta o fechamento de hospitais de custódia e o cuidado em liberdade pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Já a [audiência pública](#) realizada pela Comissão de Direitos Humanos tratou da política sobre drogas e do papel das CTs, que foram apresentadas por representantes do governo como equipamentos complementares da RAPS, mas contestadas por especialistas e movimentos antimanicomiais.

Esses grupos destacaram denúncias de violações e defenderam que esses espaços não substituem a política de cuidado em liberdade prevista na reforma psiquiátrica.



### **Sancionada lei que garante atendimento a crianças e adolescentes com dependência química**

Em outubro, foi sancionada a [Lei nº 15.243/2025](#), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para assegurar assistência integral e multiprofissional a crianças e adolescentes com dependência química ou problemas decorrentes do uso de drogas. A norma também determina a realização de campanhas de prevenção ao uso de substâncias lícitas e ilícitas e entra em vigor 120 dias após a publicação.

## **Saúde Suplementar**

### **STF reafirma competência da ANS sobre cobertura de planos de saúde**

O Supremo Tribunal Federal decidiu que cabe à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) definir os procedimentos e tratamentos de cobertura obrigatória dos planos de saúde. O julgamento analisou a validade da [Lei nº 14.454/2022](#), e a maioria dos ministros acompanhou o voto do relator, Luís Roberto Barroso, pela necessidade de critérios claros para itens não incluídos no rol da agência.

## **Nova diretoria da ANS toma posse e diretor-presidente anuncia foco em regulação e equilíbrio do setor**

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, **deu posse** a Wadih Damous como diretor-presidente e diretor de Gestão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Lenise Secchin como diretora de Normas e Habilitação dos Produtos (DIPRO). Em suas primeiras manifestações, Damous afirmou que, se necessário, a agência poderá impor novas regras aos planos de saúde, especialmente aos coletivos, marcados por desequilíbrios entre operadoras e consumidores. Ele também defendeu a ampliação da oferta de planos individuais e o fortalecimento das ações preventivas.

Em declarações mais recentes, **propôs uma regulação “em mão dupla”**, com atenção tanto ao equilíbrio financeiro das operadoras quanto ao poder aquisitivo dos consumidores, e anunciou que temas como reajustes e rescisões unilaterais integrarão a agenda regulatória 2026–2028. Entre as prioridades estão a redução da judicialização e a recomposição orçamentária da agência.

## **Câmara troca relator de projeto que reformula lei dos planos de saúde**

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos/PB), substituiu o deputado Duarte Jr. (PSB/MA) pelo deputado Domingos Neto (PSD/CE) na relatoria do **PL 7419/2006**, que trata da reforma da lei dos planos de saúde. A mudança busca destravar a tramitação da proposta, considerada de alta relevância. Entre os pontos em debate estão a rescisão unilateral de contratos e a possibilidade de criação de planos com coberturas mais limitadas.

## CCJC aprova PEC que amplia controle do Legislativo sobre agências reguladoras

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara aprovou, por 33 votos a 13, a [PEC 42/2024](#), que transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de fiscalizar agências reguladoras como Anatel, Aneel, ANS e ANP. De autoria do deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE), a proposta será analisada por comissão especial antes de ir ao plenário. O texto gerou divergências entre governistas e oposição, que discordam sobre seus impactos na autonomia do Executivo e no equilíbrio entre os poderes.

## ANS divulga dados da saúde suplementar

A Agência Nacional de Saúde Suplementar publicou no [Painel Econômico-Financeiro da Saúde Suplementar](#) os resultados do primeiro semestre de 2025, que registraram lucro líquido de R\$ 12,9 bilhões, aumento de 131,9% em relação ao mesmo período de 2024. A agência também atualizou os dados de beneficiários referentes a julho, que somaram 52,8 milhões em planos de assistência médica e 34,5 milhões em planos exclusivamente odontológicos.

## CDH aprova proposta que proíbe cancelamento unilateral de planos de saúde

A Comissão de Direitos Humanos aprovou o [PL 2036/2024](#), de autoria do senador Fabiano Contarato (PT/ES), que veda a rescisão unilateral de planos de saúde de pessoas idosas e com deficiência. O substitutivo do senador Paulo Paim (PT/RS) também proíbe o cancelamento durante tratamentos médicos continuados e estende a regra aos contratos coletivos. A proposta ainda será analisada pelas comissões de Assuntos Sociais e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle.

## Planos coletivos acumulam reajuste de 383% em dez anos

Levantamento citado pelo advogado Elton Fernandes aponta que os planos de saúde coletivos, empresariais e por adesão acumularam alta de 383,5% entre 2015 e 2025, quase quatro vezes acima da inflação geral do período (84%). Esses contratos, que representam 83% dos beneficiários e não têm reajuste regulado pela ANS, devem ter aumento entre 13,7% e 21,8% em 2025, impulsionado pela inflação médica de 12,9%. Já os planos individuais, que atendem 16,4% dos usuários, terão teto de reajuste de 6,06% entre maio de 2025 e abril de 2026.



### Preços dos planos de saúde sobem o dobro da inflação

A **Nota Técnica nº 37** do IEPS mostra que os preços dos planos de saúde no Brasil têm crescido de forma sistemática acima da inflação, com aumentos acumulados que chegam ao dobro do IPCA entre 2006 e 2024. Em comparação internacional, o estudo aponta que o país está entre os que mais registraram altas, superando países como Alemanha, França e Estados Unidos. O IEPS alerta que o avanço dos preços pode restringir o acesso e ampliar a pressão sobre o SUS, e defende políticas regulatórias voltadas à redução de ineficiências e assimetrias de informação entre planos e prestadores para garantir sustentabilidade e proteção aos beneficiários.

## Atenção Especializada

### Sancionada lei que cria o Programa Agora tem Especialistas

O presidente Lula sancionou, sem vetos, a [Medida Provisória 1301/2025](#), que cria o programa “Agora tem Especialistas” para ampliar o acesso a consultas, exames e cirurgias no SUS. Aprovado pelo Congresso com 403 votos a favor na Câmara e unanimidade no Senado, o texto prevê credenciamento de hospitais e clínicas privadas, uso de telemedicina e incentivos fiscais de até R\$ 2 bilhões anuais a partir de 2026, com vigência até 2030.

Foram incorporadas emendas que incluem adicional para médicos na Amazônia Legal, tratamento da doença renal crônica e ampliação do rol de executores para clínicas privadas. Paralelamente, o Ministério da Saúde publicou portaria que define o rol de procedimentos cirúrgicos do programa, atualizando a Tabela SUS.

### Governo avalia reajuste de valores para ampliar adesão ao Programa Agora tem Especialistas

O Ministério da Saúde estuda reajustar a tabela de referência dos serviços prestados por operadoras no Programa Agora tem Especialistas, para aumentar a adesão de empresas. A proposta inclui adotar valores do programa de redução de filas, permitir o uso de recursos de ressarcimentos ao SUS depositados em juízo — o que pode liberar cerca de R\$ 1 bilhão — e revisar débitos das operadoras. Também está prevista a elaboração de uma cartilha para esclarecer regras e agilizar negociações.

## ANS e Ministério da Saúde articulam adesão da Amil ao Programa Agora tem Especialistas

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) realizou **reunião** com o Ministério da Saúde e representantes da Amil para discutir a adesão da operadora ao Programa Agora tem Especialistas. O diretor-presidente da ANS, Wadih Damous, destacou a importância da participação das empresas para ampliar o acesso a consultas e reduzir filas no SUS. A Amil, que não possui débitos de ressarcimento ao sistema, confirmou seu engajamento no programa após o encontro.



### Principais normativas publicadas sobre o Programa Agora Tem Especialistas (set-out/2025)

- **Portaria nº 3.380/2025 (SAES/MS)** – Institui grupo de trabalho para propor mecanismos de registro, monitoramento e prestação de contas da produção assistencial do programa, revogando a Portaria SAES/MS nº 3.297/2025.
- Portarias GM/MS nº **8.436**, **8.438** e **8.439/2025** – Aprovam a reprogramação físico-financeira dos Planos de Ação Macrorregional nos estados do Acre, Bahia e Amapá, no âmbito do Componente Ambulatorial do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada.
- **EDITAL nº 8/2025 (SGTES/MS)** - Trata da adesão de Programas de Residência em Área Profissional da Saúde para a concessão de incentivos financeiros, na forma de bolsas, destinados a preceptores, coordenadores de PRAPS e tutores, no âmbito do Incentivo às Residências em Saúde - MAIS RESIDÊNCIAS.
- **EDITAL nº 9/2025 (SGTES/MS)** - Trata da adesão de Programas de Residência Médica - PRM para a concessão de incentivos financeiros, na forma de bolsas, destinados a preceptores e coordenadores de PRM, no âmbito do Incentivo às Residências em Saúde - MAIS RESIDÊNCIAS.

## Recursos Humanos

### Novas diretrizes curriculares de Medicina alinham formação às necessidades do SUS

Os ministérios da **Saúde e da Educação homologaram** as novas **Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Medicina**, aprovadas por unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação em agosto de 2025. O documento atualiza o currículo para alinhar a formação médica às necessidades do SUS e aos desafios contemporâneos, incorporando temas como saúde mental, tecnologia, inteligência artificial, mudanças climáticas e inclusão. As diretrizes preveem ainda a aplicação do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (ENAMED) no quarto ano do curso a partir de 2026 e maior supervisão dos programas de baixa qualidade.



#### Senado debate criação de exame de proficiência em Medicina

A Comissão de Assuntos Sociais realizou **audiência pública** sobre a criação de exame de proficiência em Medicina. O secretário executivo do Conass, Jurandi Frutuoso, avaliou que um exame aplicado apenas ao final do curso não resolve falhas no processo formativo e chamou atenção para a expansão de cursos de medicina sem garantia de qualidade.

### MEC suspende edital para novas vagas de Medicina

O Ministério da Educação suspendeu por 120 dias o **edital** de 2023 para abertura de cursos de Medicina, após decisão do STF que liberou 4,4 mil vagas anteriormente paralisadas. A pasta pretende reorganizar o plano de expansão.

## Saúde atualiza Painel de Monitoramento do Mais Médicos e lança editais de residência

O Ministério da Saúde lançou uma nova versão do **Painel de Monitoramento do Mais Médicos**, ferramenta que reúne informações para ampliar a transparência e a gestão do provimento de profissionais no país. Também publicou dois editais para formação de especialistas em áreas prioritárias do SUS: 3 mil bolsas de residência médica, em especialidades como anesthesiologia, radiologia e cirurgia oncológica, e 1 mil bolsas em programas multiprofissionais, voltados a saúde da mulher, saúde mental e enfermagem obstétrica.

## Saúde Digital

### MP transforma Autoridade Nacional de Proteção de Dados em agência reguladora

Foi publicada a **Medida Provisória 1317/2025**, que altera o status da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conferindo-lhe caráter de agência reguladora.

### Mato Grosso do Sul inaugura centro de inteligência em saúde

Foi inaugurado em Campo Grande o Centro de Inteligência Estratégica para Gestão Estadual no SUS (CIEGES-MS), iniciativa do Conass voltada à integração e análise de dados para apoiar a gestão da saúde pública. O centro integra a Rede CIEGES e tem como objetivo aprimorar o planejamento estadual e municipal e antecipar crises sanitárias.

## Promoção da Saúde

### Instituída a Estratégia Intersetorial de Prevenção da Obesidade

O **Decreto nº 12.680/2025** criou a estratégia nacional voltada à articulação de ações entre ministérios e entes federativos para prevenção da obesidade e promoção da alimentação saudável. Entre 2020 e 2024, 62% dos novos alimentos embalados lançados no Brasil eram ultraprocessados, segundo relatório do projeto Monitoramento da Rotulagem de Alimentos no Brasil, conduzido pelo Ministério da Saúde, Anvisa, Opas e USP, que avaliou 39 mil produtos.

O levantamento busca subsidiar políticas públicas de alimentação saudável e mostrou que apenas 18,4% dos itens eram in natura ou minimamente processados. O estudo também confirmou o sucesso da política de eliminação das gorduras trans, que não foram detectadas em análises laboratoriais de alimentos processados. Ainda assim, pesquisadores alertam que é preciso reforçar o monitoramento, já que alguns rótulos ainda trazem menções ao ingrediente. As novas regras de rotulagem nutricional frontal, válidas desde outubro, devem facilitar a identificação de produtos menos saudáveis e fortalecer o direito à alimentação adequada no país.

## PROJETOS DE LEI

## O que foi apresentado no Congresso

### Saúde mental

O tema das apostas e seus impactos sobre a saúde mental teve forte presença na agenda legislativa do período. O deputado Dr. Zacharias Calil (UNIÃO/GO) apresentou o [PL 4366/2025](#), que determina a inclusão de mensagens de advertência sobre riscos de vício em materiais de divulgação de apostas, enquanto o deputado Hugo Leal (PSD/RJ) propôs o [PL 4479/2025](#), que cria o Fundo de Proteção e Responsabilidade no Jogo e estabelece medidas de prevenção e tratamento e o deputado Reinhold Stephanes (PSD/PR) apresentou o [PL 5475/2025](#), que busca proibir a publicidade das loterias de apostas de quota fixa.

Já o senador Jorge Kajuru (PSB/GO) apresentou o [PL 4542/2025](#), voltado ao controle do comportamento compulsivo em jogos online. Em complemento, o deputado Dorinaldo Malafaia (PDT/AP) protocolou o [RIC 5980/2025](#), pedindo informações ao Ministério da Saúde sobre ações de mitigação de danos sociais decorrentes das apostas.

Outras propostas trataram da interface entre saúde mental e tecnologias digitais. O deputado Aureo Ribeiro (SOLIDARI/RJ) apresentou o [PL 4416/2025](#), que propõe salvaguardas obrigatórias em sistemas de inteligência artificial para prevenir automutilação e suicídio, e a deputada Camila Jara (PT/MS) propôs o [PL 4522/2025](#), que define critérios para o uso de sistemas de IA conversacional por profissionais de psicologia. Já a deputada Denise Pessoa (PT/RS) apresentou o [PL 4574/2025](#), que cria uma plataforma digital nacional para teleatendimento psicológico.

## Orçamento da saúde

No campo orçamentário, o deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM) apresentou dois requerimentos de informação - o [RIC 6275/2025](#), dirigido ao ministro da Fazenda, e o [RIC 6325/2025](#), ao ministro da Saúde - sobre a crise orçamentária na área da saúde. As solicitações questionam os impactos do contingenciamento de recursos sobre os programas do SUS e as medidas previstas para recompor o financiamento e garantir a continuidade de políticas prioritárias.

## Atenção Especializada

Na área da atenção especializada, o deputado Dr. Frederico (PRD/MG) apresentou o [RIC 6426/2025](#), que solicita informações sobre a execução e o controle do Programa Agora tem Especialistas, recentemente instituído. O requerimento busca detalhar critérios de monitoramento, metas de atendimento e mecanismos de transparência adotados na implementação do programa, que visa ampliar o acesso a consultas, exames e cirurgias no SUS.

## Saúde Suplementar

Na saúde suplementar, o deputado Marcos Tavares (PDT/RJ) apresentou o [PL 5385/2025](#), que institui o Plano de Saúde Digital Nacional. A proposta define normas de interoperabilidade e portabilidade plena entre operadoras, cria o Prontuário Digital Unificado do Consumidor e o Sistema Nacional de Intercâmbio de Dados da Saúde Suplementar (SINADS), com o objetivo de aprimorar a integração tecnológica e a segurança das informações no setor.

## Saúde Digital

Foram apresentadas novas propostas relacionadas à digitalização da saúde. O [REQ 4433/2025](#), de autoria do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE), propõe a criação de uma comissão especial para discutir a implantação do prontuário eletrônico unificado no SUS. O deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL/SP) apresentou o [PL 5433/2025](#), que estabelece diretrizes nacionais para o uso de inteligência artificial na saúde, e o [PL 5548/2025](#), que altera a Lei Geral de Proteção de Dados para regular o tratamento de dados preditivos por sistemas de IA.

## Emergências em Saúde

O [PL 5440/2025](#) apresentado pelo deputado Clodoaldo Magalhães (PV/PE), institui a Política Nacional de Enfrentamento às Doenças Climáticas, voltada à prevenção e mitigação dos impactos ambientais sobre a saúde da população.

# Radar Político da Saúde

Edição 8 | SETEMBRO – OUTUBRO/2025

**INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE**

contato@ieps.org.br | imprensa@ieps.org.br

**IEPS.ORG.BR**

Siga nossos perfis nas redes sociais



## **RIO DE JANEIRO**

Rua Lauro Müller, 116  
Botafogo

## **SÃO PAULO**

Rua Itapeva, 286,  
CJ. 82 Bela Vista

## **BRASÍLIA**

SBS Q. 2, Lote XV -  
Edifício Prime Business  
Convenience | Asa Sul



**IEPS**  
Instituto de Estudos  
para Políticas de Saúde

**UMANE**



ESTRATÉGIA POLÍTICA